



## CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Nº DE INSCRIÇÃO

**CARGO:  
ADVOGADO**

### INSTRUÇÕES:

#### VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- ✓ Corresponde a sua opção de cargo.
- ✓ Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. NÃO serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- ✓ Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- ✓ A alternativa escolhida deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- ✓ Procurar na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- ✓ Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- ✓ Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: [■].

#### ATENÇÃO:

- ✓ Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- ✓ Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- ✓ Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- ✓ Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- ✓ Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

**LINGUA PORTUGUESA - QUESTÕES 1 A 12**  
**(02 PONTOS)****Palavras aladas**

Silêncio era a coisa de que aquele rei mais gostava. E de que, a cada dia, mais parecia gostar. Qualquer ruído, dizia, era faca em seus ouvidos.

Por isso, muito jovem ainda, mandou construir altíssimos muros ao redor do castelo. E logo, não satisfeito, ordenou que por cima dos muros, e por cima das torres, por cima dos telhados e dos jardins, passasse imensa redoma de vidro. (...)

Mas se os sons não podiam entrar, verdade é que também não podiam sair. Qualquer palavra dita, qualquer espirro, soluço, canto, ficava vagando prisioneiro do castelo, sem que lhe fossem de valia fresta de janela ou porta esquecida aberta. Pois se ainda era possível escapar às paredes, nada os libertava da redoma.

Aos poucos, tempo passando sem que ninguém lhe ouvisse os passos, palavras foram se acumulando pelos cantos, frases serpentearam na superfície dos móveis, interjeições salpicaram as tapeçarias, um miado de gato arranhou os corredores.

E tudo teria continuado assim, se um dia, no exato momento em que sua majestade recebia um embaixador estrangeiro, não atravessasse a sala do trono uma frase desgarrada. Frase de cozinheiro que, sobrepondo-se aos elogios reais, mandou o embaixador depenar, bem depressa, uma galinha.

Mais do que os ouvidos, a frase feriu o orgulho do rei. Furioso, deu ordens para que todos os sons usados fossem recolhidos, e para sempre trancados no mais profundo calabouço.

Durante dias os cortesãos empenharam-se naquele novo esporte que os levava a sacudir cortinas e a rastejar sob os móveis. A audição certa abatia exclamações em pleno voo, algemava rimas, desentocava cochichos. Uma condessa encheu um cesto com um cento de acentos. Um marquês de monóculo fez montinhos de monossílabos. E houve até quem garantisse ter apanhado entre os dedos o delicado não de uma donzela. Enfim, divertiram-se tanto, tão entusiasmados ficaram com a tarefa, que acabaram por instituir a Temporada Anual de Caça à Palavra.

De temporada em temporada, esvaziava-se o castelo de seus sons, enchia-se o calabouço de conversas. A tal ponto que o momento chegou em que ali não cabia mais sequer o quase silêncio de uma vírgula. E o Mordomo Real viu-se obrigado a transferir secretamente parte dos sons para aposentos esquecidos do primeiro andar.

Foi portanto por acaso que o rei passou frente a um desses cômodos. E passando ouviu um murmúrio, rasgo de conversa. Pronto a reclamar, já a mão pousava na maçaneta, quando o calor daquela voz o reteve. E inclinado à fechadura para melhor ouvir, o rei colheu as lavas, palavras, com que um jovem, de joelhos talvez, derramava sua paixão aos pés da amada.

A lembrança daquelas palavras pareceu voltar ao rei de muito longe, atravessando o tempo, ardendo novamente no peito. E em cada uma ele reconheceu com surpresa sua própria voz, sua jovem paixão. Era sua aquela conversa de amor há tantos anos trancada. Fio da longa meada do passado, vinha agora envolvê-lo, religá-lo a si mesmo, exigindo sair de calabouços. (...)

– Que se derrube a redoma! – lançou então o rei com todo o poder de seus pulmões. – Que se abatam os muros!

E desta vez vai o grito por entre o estilhaçar, subindo, planando, pássaro-grito que no azul se afasta, trazendo atrás de si em revoada frases, cantigas, epístolas, ditados, sonetos, epopeias, discursos e recados, e ao longe – maritacas – um bando de risadas. Sons que no espaço se espalham levando ao mundo a vida do castelo, e que, aos poucos, em liberdade se vão.

COLASANTI, Marina. Doze reis e a moça no labirinto do vento. São Paulo: Global.

01. Como é próprio dos textos literários, a temática abordada está transfigurada pela linguagem simbólica, o que pode ser observado desde o título; nesse sentido, de uma forma mais abrangente, pode-se dizer que o texto trata, principalmente de:

- a) fugacidade do tempo.
- b) fragilidade dos sentidos.
- c) fragmentação da comunicação.
- d) relativização do poder.
- e) liberdade de expressão.

02. Constata-se, a partir de determinado ponto do texto, uma mudança de postura do rei em relação às palavras e ao silêncio; assim, pode-se afirmar **corretamente** que o agente transformador responsável por essa mudança de comportamento é:

- a) o estado de solidão em que o rei se encontrava.
- b) a tristeza vivenciada pelo rei durante anos.
- c) o desejo consciente que o rei tinha de liberdade.
- d) a redescoberta do sentimento amoroso.
- e) a sensação de cansaço acumulado durante os anos.

03. Marina Colasanti cria seu texto com base em diversos recursos estilísticos; há, porém, um recurso principal que o estrutura todo. Assinale a alternativa que apresenta tal recurso:

- a) sinestesia
- b) metáfora
- c) metonímia
- d) paradoxo
- e) hipérbole

04. Pode-se afirmar que, de acordo com sua tipologia, o texto apresenta, eminentemente, uma sequência de:

- a) aspectos
- b) argumentos
- c) fatos
- d) dados
- e) conceitos

05. Analisando a organização interna do texto quanto às relações de sentido nele presentes, observa-se que o 11º parágrafo estabelece com o parágrafo anterior (10º), respectivamente, relações de:

- a) consequência e causa
- b) causa e consequência
- c) causa e temporalidade
- d) temporalidade e causa
- e) finalidade e temporalidade

06. Com relação aos elementos de coesão, foram destacados pronomes, nas passagens abaixo retiradas do texto, que assumem função anafórica; a **EXCEÇÃO**, no entanto, encontra-se na alternativa:

- a) “Silêncio era a coisa de **que** aquele rei mais gostava.” (1º parágrafo)
- b) “(...) nada **os** libertava da redoma.” (3º parágrafo)
- c) “(...) deu ordens para que **todos** os sons usados fossem recolhidos, (...)” (6º parágrafo)
- d) “E em cada uma **ele** reconheceu com surpresa sua própria voz, (...)” (10º parágrafo)
- e) “(...) pássaro-grito **que** no azul se afasta, (...)” (12º parágrafo)

07. Nos excertos abaixo, há um vocábulo em destaque que atende ao processo de formação de palavras denominado conversão; assinale a opção em que ele aparece:

- a) “Por isso, muito jovem ainda, mandou construir **altíssimos** muros ao redor do castelo (...)” (2º parágrafo)
- b) “(...) atravessasse a sala do trono uma frase **desgarrada**.” (5º parágrafo)
- c) “(...) mandou o embaixador **depenar**, bem depressa, uma galinha. (5º parágrafo)
- d) “E houve até quem garantisse ter apanhado entre os dedos o delicado **não** de uma donzela.” (7º parágrafo)
- e) “(...) que acabaram por instituir a Temporada Anual de **Caça** à Palavra.” (7º parágrafo)

08. Quanto às vírgulas utilizadas na passagem “Qualquer ruído, dizia, era faca em seus ouvidos.” (1º parágrafo), é **INCORRETO** afirmar que:

- a) isolam uma oração interferente;
- b) poder-se-iam substituí-las por travessões, mantendo-se a correção gramatical;
- c) a oração poderia ser deslocada para o final do período, sendo precedida de apenas uma vírgula;
- d) isolam uma oração subordinada adverbial deslocada no período;

e) se a oração fosse deslocada para o final do período, poderia ser introduzida por um travessão, prescindindo-se das vírgulas.

## TEXTO II

### Palavras

“Veio me dizer que eu desestruturo a linguagem. Eu desestruturo a linguagem? Vejamos: eu estou bem sentado num lugar. Vem uma palavra e tira o lugar de debaixo de mim. Tira o lugar em que eu estava sentado. Eu não fazia nada para que a palavra me desalojasse daquele lugar. E eu nem atrapalhava a passagem de ninguém. Ao retirar de debaixo de mim o lugar, eu desaprumei. Ali só havia um grilo com a sua flauta de couro. O grilo feridava o silêncio. Os moradores do lugar se queixavam do grilo. Veio uma palavra e retirou o grilo da flauta. Agora eu pergunto: quem desestruturo a linguagem? Fui eu ou foram as palavras? E o lugar que retiraram de debaixo de mim? Não era para terem retirado a mim do lugar? Foram as palavras pois que desestruturaram a linguagem. E não eu.”

BARROS, Manoel de. Ensaios fotográficos. Rio de Janeiro: Record.

09. Manoel de Barros apresenta um questionamento sobre o poder da linguagem. Esse questionamento se dá por meio de um(a):

- a) dialogismo
- b) interpelação
- c) conceituação
- d) teorização

e) reflexão

10. Analisando de forma mais detida a oração destacada na passagem “*Ao retirar de debaixo de mim o lugar, eu desaprumei.*”, pode-se depreender mais de um valor semântico presente nela, os quais estão corretamente indicados em:

- a) causa / consequência
- b) tempo / causa
- c) tempo / condição
- d) causa / concessão
- e) condição / modo

11. Ao lado do aspecto poético do texto de Manoel de Barros, pode-se afirmar que sobressai uma determinada tipologia, de acordo com as intenções discursivas do autor; assim, pode-se dizer que há a presença de marcas próprias do texto:

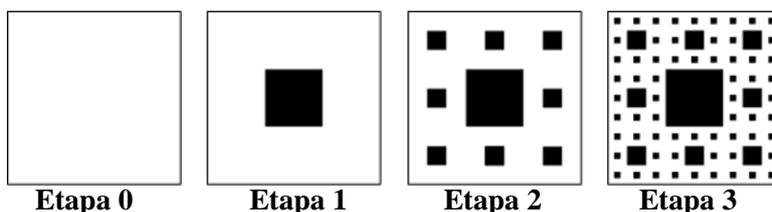
- a) dissertativo-argumentativo
- b) dissertativo-expositivo
- c) narrativo
- d) descritivo
- e) epistolar

12. O termo destacado na passagem “*E eu nem atrapalhava a passagem de ninguém*” assume o papel sintático de:

- a) complemento nominal
- b) objeto indireto
- c) adjunto adnominal
- d) agente da passiva
- e) adjunto adverbial de posse

## RACIOCÍNIO LÓGICO QUESTÕES 13 A 16 (02 PONTOS)

13. Uma chapa metálica quadrada de lado 1 é submetida a recortes sucessivos, conforme as etapas a seguir. Na etapa 1, uma furo quadrado de um nono da área inicial é recortada do centro da chapa. Na etapa 2, oito furos quadrados de um nono da área do furo original são feitos na chapa remanescente. O processo continua, conforme a figura abaixo.



Qual é, aproximadamente, a área da chapa restante na 5ª etapa?

- a) 0,624
- b) 0,555
- c) 0,493
- d) 0,445
- e) Zero

14. Considere a seguinte tabela verdade:

p	q	?
V	V	V
V	F	V
F	V	F
F	F	V

A relação lógica que deve ser substituída pelo sinal “?” é

- a)  $\sim p \vee \sim q$
- b)  $\sim q \rightarrow \sim p$
- c)  $\sim p \rightarrow \sim q$
- d)  $\sim p \wedge \sim q$
- e)  $\sim q \leftrightarrow \sim p$

15. O valor que deve ser substituído pelo sinal “?” é:

$$\begin{array}{l}
 \text{3 estrelas} + \text{2 flores} + \text{3 lápis} = 35 \\
 \text{2 estrelas} + \text{3 flores} + \text{3 lápis} = 38 \\
 \text{2 estrelas} + \text{1 flor} + \text{2 lápis} = 30 \\
 \text{1 estrela} + \text{1 flor} + \text{1 lápis} = ?
 \end{array}$$

- a) 10
- b) 11
- c) 12
- d) 13
- e) 14

16. A respeito dos poliedros regulares, afirma-se:

- I – O octaedro tem 8 faces, 12 arestas e 10 vértices;
- II – O dodecaedro tem 12 faces, 30 arestas e 20 vértices;

III – O icosaedro tem 20 faces, 40 arestas e 22 vértices.

Está(ão)o **correta(s)** apenas:

- a) II
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) III

**ATUALIDADES**  
**QUESTÕES 17 A 20 (02 PONTOS)**

17. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso, respectivamente:

Os principais atentados terroristas e ameaças no mundo em grande parte são registrados na Ásia, África e Europa. Portanto é **considerado na lista dos grupos mais violentos do mundo o:**

- (\_\_\_) Estado Islâmico.
- (\_\_\_) Talibã.
- (\_\_\_) Boko Haram.
- (\_\_\_) Exército Xiita Israelense.

**A sequência correta é:**

- a) V – V – V – F
- b) V – V – F – F
- c) V – V – V – V
- d) F – V – F – F
- e) V – V – F – V

18. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for **verdadeiro ou falso**, respectivamente sobre os aspectos referentes à (Globalização) integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta na Atualidade.

- (\_\_\_) Um elemento central da globalização é a exclusão do livre-comércio, ou seja, a criação de um sistema em que bens e serviços são comercializados com restrições tarifárias.
- (\_\_\_) Pode-se afirmar que a atual fase da globalização tem como pilares econômicos o conjunto de medidas adotado pelo presidente do Partido Comunista Chinês conservador Xi Jinping.

Ele adotou uma política de privatizações, corte de gastos públicos e enfrentamento com os sindicatos, que ficou conhecida como Neoliberalismo.

(\_\_\_) Um mundo globalizado é aquele em que eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar do planeta tem a capacidade de ecoar por outros cantos do globo.

(\_\_\_) Ao impor tarifas sobre a importação de alumínio, aço e produtos chineses, os EUA se voltam contra um dos pilares da globalização: a abertura comercial.

**A sequência correta é:**

- a) F – F – V – V
- b) V – F – V – F
- c) V – F – F – V
- d) F – F – F – F
- e) V – V – V – V

19. Considere os itens, colocando **(V)** ou **(F)** nos parênteses se caso for **verdadeiro** ou **falso**, respectivamente, com relação à Lei Orgânica do Município de Serraria-PB referente à Administração Pública:

(\_\_\_) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

(\_\_\_) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

(\_\_\_) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, exclusivamente, por servidores *pro tempore*, nos casos e condições previstas em lei.

(\_\_\_) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

**A sequência correta é:**

- a) V – V – F – V
- b) V – F – V – F
- c) V – F – F – V
- d) F – F – F – V
- e) V – V – V – V

20. Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado grave aumento no número de atentados praticados contra templos religiosos dos mais distintos credos, ferindo direitos humanos fundamentais garantidos por Lei.

Desde a Constituição de 1891, o Brasil deixou de ser católico, tornando-se um Estado laico. Posteriormente, a Lei Federal n.º 9.459/97, tornou crime a discriminação religiosa.

Atualmente é percebido o aumento de casos de intolerância religiosa, conforme se apresenta o dado abaixo:

*“A intolerância religiosa está em crescente na Paraíba. Segundo dados do Fórum Paraibano da Diversidade Religiosa, até o mês de novembro de 2019 foram registrados 123 casos. O número é 4% maior que o acumulado do ano passado, quando 118 episódios de intolerância foram reportados. Em 2014, seu primeiro ano de atividade, o Fórum recebeu oito denúncias”*, Portal Correio, 05/12/2019.

Fontes:

<https://istoe.com.br/>;

<https://portalcorreio.com.br/intolerancia-religiosa-cresce-paraiba/>;

<https://super.abril.com.br/sociedade/pais-registra-cada-vez-mais-agressoes-e-quebras-de-terreiro/>

Acerca da Intolerância Religiosa, julgue as afirmativas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

I. O projeto de Lei n.º 4.282/2019 de autoria do Dep. Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ) propõe enquadrar o ataque às instituições religiosas como ato de terrorismo, adequando a legislação brasileira de contraterrorismo aos padrões internacionais, que contemplam também o combate à intolerância religiosa.

II. O estado do Rio de Janeiro lidera o ranking com maior número de denúncias de casos de discriminação, que têm como principal alvo as religiões afro-brasileiras;

III. O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro) foi instituído por Lei pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva;

IV. A intolerância religiosa é crime de discriminação religiosa inafiançável e imprescritível;

V. A Lei “Caó” apesar de não incluir o crime de intolerância religiosa, tornou a discriminação racial

crime e teve como autor o jornalista e advogado Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos.

Está(ão) correta(s)

- a) Apenas a afirmativa IV.
- b) Apenas as afirmativas I e II e IV.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III.
- d) Todas as afirmativas são corretas;
- e) Todas as afirmativas são incorretas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -**  
**QUESTÕES 21 A 40 (03 PONTOS)**

21. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os itens descritos nas alternativas abaixo, **exceto** um deles, que é

- a) garantir o desenvolvimento nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

22. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa que está **incorreta**:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- b) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por

decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

23. Segundo a CRFB, qual o quórum para que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados pelo Congresso Nacional, sejam equivalentes às emendas constitucionais?

- a) maioria simples.
- b) um terço.
- c) quatro quintos.
- d) maioria absoluta.
- e) três quintos.

24. Sobre o mandado de segurança e a legislação a ele aplicável é **incorreto** afirmar:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- d) Poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade do mandado de segurança impetrado por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade, sendo o texto original da petição apresentada nos 15 (quinze) dias úteis seguintes.
- e) Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento.

25. Ainda sobre o mandado de segurança, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover os atos e as diligências que lhe cumprirem por

- a) mais de 3 (três) dias úteis.
- b) mais de 5 (cinco) dias úteis.
- c) mais de 2 (dois) dias úteis.
- d) mais de 4 (quatro) dias úteis.
- e) mais de 10 (dez) dias úteis.

26. Considerando o mandado de injunção e a legislação a ele aplicável, recebida a petição inicial, será ordenada a notificação do impetrado sobre o conteúdo da petição inicial, devendo-lhe ser enviada a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que preste informações. Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará, após o que, com ou sem parecer, os autos serão conclusos para decisão. Analisando as alternativas abaixo, qual delas apresenta na sequência cima definida, os prazos para apresentação de informações pelo impetrado e da opinião do Ministério Público?

- a) 10 dias e 05 dias.
- b) 05 dias e 10 dias.
- c) 10 dias e 10 dias.
- d) 05 dias e 05 dias.
- e) 15 dias e 10 dias.

27. Ainda sobre o mandado de injunção, considerando os termos da Lei 13.300/16, é **incorreto** afirmar que:

- a) Se a recusa em fornecer o documento necessário à prova do alegado for do impetrado, a ordem será feita no próprio instrumento da notificação.
- b) Transitada em julgado a decisão que reconhece a mora legislativa, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.
- c) Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado, quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito.
- d) O indeferimento do pedido do MI por insuficiência de prova impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios, resolvendo-se o mérito.
- e) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

28. Sobre a ação popular e a legislação a ela aplicável, o prazo de contestação é prorrogável por um determinado período, a requerimento do

interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital. Analisando as alternativas abaixo, qual delas apresenta na sequência cima definida, os prazos para contestação e prorrogação?

- a) 20 dias e 20 dias.
- b) 20 dias e 10 dias.
- c) 10 dias e 10 dias.
- d) 15 dias e 15 dias.
- e) 20 dias e 05 dias.

29. Ainda sobre a ação popular, considerando os termos da Lei n.º 4.717/65, é **incorreto** afirmar que:

- a) Quando o autor o preferir, a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de 30 (trinta) dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo 3 (três) dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo, de uma via autenticada do mandado.
- b) Qualquer pessoa, beneficiada ou responsável pelo ato impugnado, cuja existência ou identidade se torne conhecida no curso do processo e antes de proferida a sentença final de primeira instância, deverá ser citada para a integração do contraditório, sendo-lhe restituído o prazo para contestação e produção de provas, salvo, quanto a beneficiário, se a citação se houver feita por edital.
- c) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
- d) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.
- e) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 20 (vinte) dias do recebimento dos autos pelo juiz.

30. Tendo por referência a legislação infraconstitucional sobre o *Habeas Data* é **incorreto** afirmar

- a) A decisão do HD será comunicada ao coator, por correio, com aviso de recebimento, ou por telegrama, radiograma ou telefonema, conforme rol taxativo de opções constante da Lei 9.507/97.
- b) Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.
- c) Conceder-se-á *Habeas Data* para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.
- d) A petição inicial deverá ser instruída com prova da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão.
- e) Feita a notificação, o serventuário em cujo cartório corra o feito, juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao coator, bem como a prova da sua entrega a este ou da recusa, seja de recebê-lo, seja de dar recibo.

31. Dentro do escopo da Lei 9.507/97, anteriormente à judicialização, o requerimento de retificação de dados do interessado será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas, bem como a decisão será comunicada ao requerente em

- a) cinco dias.
- b) trinta e seis horas.
- c) setenta e duas horas.
- d) quarenta e oito horas.
- e) vinte e quatro horas.

32. Tendo por referência o texto do Decreto-Lei 200/67, a ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados e compreenderá a elaboração e atualização dos instrumentos básicos descritos nas alternativas abaixo, à exceção de um deles, que é:

- a) plano geral de governo.
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual.
- c) orçamento-programa anual.
- d) mecanismos de delegação de Competência.
- e) programação financeira de desembolso.

33. A partir do Decreto-Lei 200/67, sabe-se que a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, sendo esta posta em prática em três planos principais. As alternativas abaixo expõem um desses planos de maneira correta. Identifique qual delas.

- a) Dentro dos quadros da Administração Municipal, horizontalizando-se o nível de direção e o de execução;
- b) Da Administração Distrital para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante procedimento licitatório;
- c) Da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- d) Da Administração Federal para a órbita privada, mediante delegação de monopólio de serviços postais.
- e) Da Administração Federal para a esfera internacional, mediante contratos ou concessões.

34. Todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, excetuados unicamente alguns órgãos, estes que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República. Considerando a estrutura dos Ministérios, dentre os órgãos abaixo listados, qual deles não está nessa categoria e está submetido à supervisão do Chefe do Poder Executivo Federal?

- a) Secretaria de Planejamento.
- b) Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro.
- c) Órgãos Centrais de direção superior.
- d) Secretaria Geral.
- e) Inspeção Geral de Finanças.

35. Sobre as limitações ao poder de tributar, é **incorreto** afirmar:

a) A vedação de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou se aplica imposto de importação de produtos estrangeiros.

b) A vedação da União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

c) A vedação da União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

d) A vedação de instituir impostos sobre templos de qualquer culto compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

e) A vedação de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

36. Ainda sobre vedações, conforme versa a Constituição Federal, não é **correto** afirmar

a) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

b) É vedado ao Senado Federal, quando relacionado ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

d) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

e) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

37. Dentro das normas para repartição das receitas tributárias, qual proporção pertence aos Municípios, em regra, do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados?

- a) 25 %.
- b) 15 %.
- c) 50 %.
- d) 75 %.
- e) 100 %.

38. Ainda sobre as normas constitucionais para repartição das receitas tributárias, as parcelas de receita, na proporção de vinte e cinco por cento, do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, pertencentes aos Municípios, serão creditadas conforme alguns critérios, sendo um deles a proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios, sendo no mínimo de

- a) como um quarto.
- b) como quatro quintos.

c) como um quinze avos.

d) como três quartos.

e) como um meio.

39. Sobre o *Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* é **correto** afirmar que é direito dos advogados os abaixo descritos, na forma mais atualizada:

a) não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

b) sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa, pelo prazo impreterível de quinze minutos.

c) examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, somente inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

d) assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração, requisitar diligências.

e) retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

40. Tendo por referência o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é **correto** afirmar

a) Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

b) O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

c) O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB.

d) No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de órgão da OAB, o conselho competente deve promover o desagravo público do ofendido, relativizando, deste modo, a responsabilidade criminal em que incorrer o infrator.

e) São instrumentos de trabalho do advogado todo e qualquer bem móvel ou intelectual utilizado no exercício da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos, objetos e mídias de som ou imagem, recebidos de clientes ou de terceiros.

**RASCUNHO**